

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PLANO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA

Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março

(a) _____,
morador na _____,
código postal _____ - _____, contribuinte n.º _____,
telefone _____ telemóvel _____ E-mail _____,
inscrito na (b) _____
sob o n.º _____, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que o plano de ocupação da via pública de que, é autor, relativo à obra de (c) _____,
localizada em (d) _____
freguesia _____, cujo/a (e) _____
foi (f) _____ por (g) _____

observa as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente (h) _____

Lisboa, _____

Assinatura reconhecida ou comprovada pelo atendedor municipal mediante cópia do documento de identificação

Instruções de preenchimento:

- (a) Nome e habilitação profissional do autor do projeto
- (b) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- (c) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar (definições constantes no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março)
- (d) Localização da obra (rua e número de polícia)
- (e) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- (f) Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou "apresentada" no caso de comunicação prévia
- (g) Indicação do nome e morada do requerente
- (h) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março